

**PARECER PRÉVIO Nº 320 / 2023**

**PROCESSO Nº:** 14283/2019-1

**ESPÉCIE PROCESSUAL:** Prestação de Contas de Governo

**ENTE FEDERATIVO:** Várzea Alegre

**EXERCÍCIO:** 2018

**RESPONSÁVEL:** José Helder Máximo de Carvalho

**ADVOGADO:** Luiz Ricardo de Moraes Costa (OAB/CE nº 28.980)

**RELATOR:** Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima

**SESSÃO:** Pleno virtual de 23/10/2023 a 27/10/2023

**EMENTA:** CONTAS DE GOVERNO. ARRECAÇÃO DOS CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA.

Quando o gestor deixa de arrecadar a dívida ativa, ou o faz de forma ineficiente, deixa-se de arrecadar verba que poderia ser utilizada para oferecer bens e serviços à população e, a longo prazo, a inércia do gestor pode, dada a prescritibilidade de tais créditos, resultar na perda em definitivo daquela quantia, causando prejuízos ao erário.

Emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas de governo. Contas regulares com ressalva. Recomendações.

**Vistos**, relatados e discutidos estes autos de **Prestação de Contas de Governo** do município de **VÁRZEA ALEGRE**, exercício financeiro de **2018**, de responsabilidade do senhor **José Helder Máximo de Carvalho** e com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, art. 78, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso III, combinado com art. 42-A da Lei nº 12.509/1995 (LOTCE);

**RESOLVE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, a) por **unanimidade** de votos, emitir parecer prévio pela sua **APROVAÇÃO**, considerando-a Regular com Ressalva, com recomendações, submetendo-a ao julgamento da Câmara Municipal e dando-se ciência aos interessados; b) por maioria dos votos, pela fundamentação na Lei Orgânica do TCE/CE.

**RECOMENDAR** à Prefeitura Municipal de Várzea Alegre (CE) que:

- a) encaminhe ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE a Lei de Diretrizes Orçamentárias nos moldes e no prazo do art. 4º da IN TCM-CE nº 03/2000 (com redação dada pela IN nº 01/2007);
- b) encaminhe a Lei Orçamentária Anual ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 30 de dezembro do referido ano, em atendimento ao art. 42, §5º da Constituição Estadual e ao art. 5º, §1º da IN TCM/CE nº 03/2000 (com redação dada pela IN nº 01/2001 TCM/CE);
- c) encaminhe ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso nos moldes e no prazo do art. 6º da IN TCM-CE nº 03/2000 (com redação dada pela IN nº 01/2007);
- d) adote providências, sejam administrativas sejam judiciais, para incrementar a arrecadação da dívida ativa;

Tudo nos termos do Relatório e Voto, partes integrantes da presente decisão.

Participaram da votação: Exmos. Srs. Conselheiros Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, Soraia Thomaz Dias Victor, Edilberto Carlos Pontes Lima, Rholden Botelho de Queiroz, Patrícia Lúcia

Mendes Saboya e Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior.

Vencida a Exma. Sra. Conselheira Soraia Thomaz Dias Victor, que votou com base no art. 1º, inciso I, e art. 6º da LOTCM, combinado com o art. 116 do RITCM, conforme a lei que regia o fato à época, em respeito ao *tempus regit actum*, à segurança jurídica, ao princípio da anterioridade da lei e da tipicidade da conduta.

O Exmo. Sr. Conselheiro Luís Alexandre Figueiredo de Paula Pessoa ressaltou o seu entendimento quanto à fundamentação utilizada para emissão do Parecer Prévio, com arrimo no art. 1º, inciso I, e art. 6 da LOTCM c/c o art. 116 do RITCM, lei vigente à época dos fatos.

Transcreva-se e cumpra-se.

Fortaleza, Sessão do Pleno virtual de 23/10/2023 a 27/10/2023.

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima

**RELATOR**

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior

**PRESIDENTE DA SESSÃO**

Fui presente: **Leilyanne Brandão Feitosa**

**PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**